ANEXO IV – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E REFERÊNCIAS

NÍVEL MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos. Gêneros e tipos de texto. Articulação textual: operadores sequenciais, expressões referenciais. Coesão e coerência textual. Identificação, definição, classificação, flexão e emprego das classes de palavras; formação de palavras. Verbos: flexão, conjugação, vozes, correlação entre tempos e modos verbais. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Crase. Colocação pronominal. Estrutura da oração e do período: aspectos sintáticos e semânticos. Acentuação gráfica. Ortografia. Pontuação. Variação linguística.

REFERÊNCIAS:

BECHARA, E. Gramática escolar da língua portuguesa. 2ª ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. Gramática da Língua Portuguesa. 3ª ed. São Paulo: Scipione, 2008.
CUNHA, C.; CINTRA, L. A Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39ª ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
FIORIN, J. L. Lições de texto, leitura e redação. São Paulo: Ática, 2003.
GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.
NEVES, M. H. de M. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2012.
SACCONI, L. A. Nossa Gramática Completa. 31ª ed. São Paulo: Nova Geração, 2011.
SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura Geral e Atualidades: Fatos Políticos, econômicos e sociais do Brasil (Estados e Municípios) e do Mundo ocorridos nos anos de 2014 a 2018 divulgados na mídia nacional e internacional. Conhecimentos Gerais: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho. Informações sobre o Município previstos no site da Câmara Municipal de Dom Viçoso.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Símbolos nacionais. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm> Acesso em: 19 de fevereiro 2019.
DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Município de Dom Viçoso. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/a-cidade/dom-vicoso> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
DOM VIÇOSO. Prefeitura Municipal de Do Viçoso. História do Município. Disponível em: <https://domvicoso.mg.gov.br/a-cidade/historia/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
DOM VIÇOSO. Cidade Brasil. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-dom-vicoso.html> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/domviçoso/panorama> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UAI, UOL, Terra, Globo, R7 e similares).
Jornais: Estado de Minas, O Tempo, Super, Hoje em Dia, Aqui.
Revistas: Veja, Época, Exame, Isto É.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – SECRETÁRIO LEGISLATIVO

Conhecimento da legislação municipal no que se refere ao Estatuto do Servidor. Lei Orgânica do Município. Conhecimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Constituição da República Federativa do Brasil. Lei de Licitações e Pregão. Noções de arquivo. Departamentalização e Descentralização. Habilidades interpessoais. Atendimento ao cliente. Diversidade. Atitudes no trabalho. Satisfação no trabalho. Personalidade e valores. Trabalho em grupo. Trabalho em equipe. Comunicação interpessoal e organizacional. Conflito. Negociação. Estrutura Organizacional. Formulários. Análise e distribuição do trabalho. Manuais de organização. Políticas e práticas de Recursos Humanos. Redação de documentos oficiais e textos empresariais. Noções sobre a Constituição da República Federativa do Brasil. Administração Pública. Acesso a Informação. Almoxarifado e gestão de estoques. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

BELTRÃO, Odacir, Correspondência: linguagem & comunicação: oficial, empresarial, particular / Odacir Beltrão, Mariúsa Beltrão. – 24ª ed. rev. e atual. por Mariúsa Beltrão. – São Paulo: Atlas, 2011.
BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Títulos e Capítulos que tratam da Administração Pública e respectivas leis complementares e Emendas Constitucionais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Senado Federal. Coordenação de Edições Técnicas. Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília:

Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf?sequence=1> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Manual de Redação Oficial da Presidência da República. 2ª ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRUDEKI, Nelson Martins; BERNARDI, Jorge. Gestão de Serviços Públicos Municipais. Curitiba, PR : Intersaberes, 2013.

CHIAVENATO, I. Introdução à teoria geral da administração. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COSTA, Elisson, Direito administrativo I, II e III : organização da administração, responsabilidade civil do Estado, agentes públicos e controle da administração / Elisson Costa. São Paulo: Saraiva, 2012.

CRUZ, Emília Barroso. Manual de gestão de documentos. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro. 2ª ed. rev. e atual, 2013.

CURY, A. Organização e Métodos: uma visão holística. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

DUBRIN, A. J. Fundamentos do Comportamento Organizacional. São Paulo: Thomson, 2003.

DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Lei Orgânica do Município, de 21 de abril de 1990. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/legislacao/lei-organica-municipal-1> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Regimento Interno da Câmara Municipal de Dom Viçoso. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/legislacao/regimento-interno> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DOM VIÇOSO. Prefeitura Municipal de Dom Viçoso. Lei Complementar Municipal nº 1.061, de 24 de fevereiro de 2016, que *"Dispõe sonre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Dom Viçoso, Estado de Mnas Gerais, e dá outras providências"*. Disponível em: <http://domvicoso.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Estatuto-dos-Servidores-P%C3%BAblico-do-Munic%C3%ADpio-de-Dom-Vi%C3%A7oso.pdf> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Lei Complementar Municipal nº 1.097, de 18 de outubro de 2017. *"Estabelece o Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Dom Viçoso-MG, suas atribuições, reclassifica padrões, fixa remuneração e dá outras providências"*. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/legislacao/leis-complementares-1> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

GOLD, M. Redação empresarial: escrevendo com sucesso na era da globalização. 3ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

JAMESON, S. H. Administração de arquivos e documentação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1964.

MARIANO, Fabrício. Arquivologia / Fabrício Mariano. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MIRANDA, P. Administração de escritório na prática. Rio de Janeiro: Forum Editora Ltda, 1972.

MOTTA, Fabricio. Concurso Público e Constituição. 1ª ed. 2. Tiragem. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 291 p.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro. 14ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ROSSÉS, G. F. Introdução à administração. Santa Maria: Rede e-Tec Brasil, 2014.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução a Gestão Pública. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos [informativo ou literário]. Gêneros e tipos de textos. Variação linguística: diversidade de usos da língua. Discursos direto, indireto e indireto livre. Coerência e coesão textuais. Estratégias argumentativas. Processos de formação de palavras. Classes de palavras: identificação, flexão e emprego de substantivos, adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, preposições e conjunções. Verbo: flexão, conjugação, correlação dos modos e tempos verbais, vozes. Estrutura da oração e do período: aspectos

sintáticos e semânticos. Concordância verbal e nominal. Regência verbal e nominal. Uso dos pronomes relativos. Colocação dos pronomes pessoais oblíquos átonos. Emprego do sinal indicativo da crase. Usos da pontuação. Ortografia oficial. Acentuação gráfica.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é e como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. Atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
COSTA, S. R. Dicionário de gêneros textuais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
CUNHA, C.; CINTRA, L. Nova gramática do português contemporâneo. De acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro: Léxikon, 2013.
EMEDIATO, W. A fórmula do texto: redação, argumentação e leitura. São Paulo: Geração Editoria, 2004.
FERNANDES, F. Dicionário de verbos e regimes. 39ª ed. Porto Alegre: Globo, 2002.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições de texto: leitura e redação. Conforme Novo Acordo Ortográfico. São Paulo: Ática, 2006.
GARCIA, O. M. Comunicação em Prosa Moderna. 27ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.
SILVA, M. O Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda e o que não muda. São Paulo: Contexto, 2011.

CONHECIMENTOS GERAIS

Cultura Geral e Atualidades: Fatos Políticos, econômicos e sociais do Brasil (Estados e Municípios) e do Mundo ocorridos nos anos de 2014 a 2018 divulgados na mídia nacional e internacional. Conhecimentos Gerais: aspectos geográficos, históricos, físicos, econômicos, sociais, políticos e estatísticos do Brasil, do Estado e do Município. Símbolos nacionais, estaduais e municipais. Atualidades nos assuntos relacionados com economia, ecologia, história, política, meio ambiente, justiça, segurança pública, saúde, cultura, religião, qualidade de vida, esportes, inovações tecnológicas e científicas, do Município, do Estado, do Brasil e do mundo. Ética: conceito, ética na sociedade e ética no trabalho. Informações sobre o Município previstos no site da Câmara Municipal de Dom Viçoso.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Presidência da República. Símbolos nacionais. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acervo/simbolos-nacionais> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm> Acesso em: 19 de fevereiro 2019.
DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Município de Dom Viçoso. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/a-cidade/dom-vicoso> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
DOM VIÇOSO. Prefeitura Municipal de Do Viçoso. História do Município. Disponível em: <https://domvicoso.mg.gov.br/a-cidade/historia/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
DOM VIÇOSO. Cidade Brasil. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-dom-vicoso.html> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://ods.ibge.gov.br/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=31> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/domviçoso/panorama> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.
Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UAI, UOL, Terra, Globo, R7 e similares).
Jornais: Estado de Minas, O Tempo, Super, Hoje em Dia, Aqui.

Revistas: Veja, Época, Exame, Isto É.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – CONTADOR

Noções de Direito Constitucional: Constituição brasileira: Título I - Dos Princípios Fundamentais. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: do art. 5º ao art. 13. Título III - Da Organização dos Poderes: art. 29, 29-A, 30, 31, 37, 38 e 39. Noções de Direito Administrativo: Administração Pública: organização administrativa brasileira, ato administrativo, servidor público. Constituição da República Federativa do Brasil: Título II (arts.5º a 17) e Título III (arts. 37 a 42). Lei Orgânica do Município de Dom Viçoso, de 21/04/1990, Lei Complementar Municipal nº 1.097, de 18 de outubro de 2017, Lei Complementar nº 1.061, de 24 de fevereiro de 2016 e Lei Municipal nº 1.093/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
Administração e contabilidade pública: conceitos, princípios, objetivos, regimes, campos de aplicação. Orçamento público. Despesas e Receitas Públicas. Princípios contábeis aplicados aos órgãos e entidades governamentais. Balancete: características, conteúdo e forma. Demonstrações contábeis: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Plano de contas aplicado ao setor público: aspectos gerais e estrutura do PCASP. E ainda todos os conteúdos tratados nas referências definidas no programa para esse cargo.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal / Nilton de Aquino Andrade. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. “Métodos com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e nos padrões internacionais de contabilidade.”

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. 7ª ed. Brasília: DF, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Brasília: DF, 2017. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/pcasp. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 out. 1988. E atualizações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 1º ago. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp116.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 27 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências. Brasília, DF, 30 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9430.htm> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, de 23 de setembro de 2016. Aprova a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica. [56] p. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/11/setor_publico.pdf> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade de auditoria Independente de Informação Contábil Histórica. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-ta-de-auditoria-independente/> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - CFC. Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013. "*Altera, inclui e exclui itens das NBCs T 16.1, 16.2, 16.4, 16.5, 16.6, 16.10 e 16.11 que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público.*" Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1437.doc> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido, 1952 – Orçamento público : planejamento, elaboração e controle / Silvio Aparecido Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi. – 1. ed. – São Paulo : Saraiva, 2013. ISBN 978-85

DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Lei Complementar Municipal nº 1.093, de 28 de maio de 2018. *"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências"*. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/legislacao/lei-de-diretrizes-orcamentarias-ldo/447-lei-municipal-1093-2017-ldo> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Lei Complementar Municipal nº 1.097, de 18 de outubro de 2017. *"Estabelece o Quadro de Servidores da Câmara Municipal de Dom Viçoso-MG, suas atribuições, reclassifica padrões, fixa remuneração e dá outras providências"*. Disponível em: http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/legislacao/leis-complementares-1. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Lei Orgânica do Município, de 21 de abril de 1990. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/legislacao/lei-organica-municipal-1>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DOM VIÇOSO. Câmara Municipal de Dom Viçoso. Regimento Interno da Câmara Municipal de Dom Viçoso. Disponível em: <http://camaradomvicoso.mg.gov.br/index.php/legislacao/regimento-interno> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

DOM VIÇOSO. Prefeitura Municipal de Dom Viçoso. Lei Complementar Municipal nº 1.061, de 24 de

fevereiro de 2016, que *"Dispõe sonre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Dom Viçoso, Estado de Mnas Gerais, e dá outras providências"*. Disponível em: <http://domvicoso.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Estatuto-dos-Servidores-P%C3%BAblico-do-Munic%C3%ADpio-de-Dom-Vi%C3%A7oso.pdf> Acesso em: 11 de fevereiro de 2019.

GIACOMONI, James. Orçamento público / James Giacomoni. – 17ª ed. revista e atualizada – São Paulo: Atlas, 2017.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática / Heilio Kohama. – 15ª ed. – São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, Severino Cesário de. Contabilidade pública : análise financeira governamental / Severino Cesário de Lima, Josedilton Alves Muniz. – 1ª ed. – São Paulo : Atlas, 2016.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública/Roberto Bocaccio Piscitelli ... [et al.]. 13ª ed. rev. ampliada e atualizada até março de 2014. São Paulo: Atlas, 2014.

REIS, Mário Lúcio dos. Contabilidade pública: estudos de casos : ênfase para prefeituras, câmaras, autarquias e fundações municipais. São Paulo: Livre Expressão, 2014. Rio de Janeiro: 395 p. ISBN 9788579847981.

SLOMSKI, Valmor. Manual de contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (IPSASB/ IFAC/CFC) / Valmor Slomski. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.